



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ação popular do PSB

Uma ação popular movida pelo pré-candidato ao Buriiti Ricardo Cappelli (PSB), pelo deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB), pelo ex-senador Cristovam Buarque (PSB) e pelo presidente do PSB-DF, Rodrigo Dias, questiona o bloqueio integral ou desproporcional pelo BRB dos salários de servidores públicos do Distrito Federal, a pretexto de quitação de empréstimos, consignados e cartões de crédito contratados pelos servidores junto à própria instituição financeira. A ação, ajuizada em maio, pede a devolução dos recursos abatidos indevidamente e a suspensão dos descontos. Tramita na 3ª Vara de Fazenda Pública do DF.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Prejuízo e crimes

A iniciativa de Ricardo Cappelli e dos demais autores da ação popular levou em conta várias reclamações de servidores públicos, pelos descontos indevidos, antes da deflagração da Operação Juros Zero, pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Enquanto os servidores eram lesados, os promotores de Justiça investigavam os crimes praticados no esquema.

MPDFT/Divulgação



Ed Alves/CB



Fiscalização com resultado

A Operação Juros Zero também aprofundou informações de requerimento que a deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) apresentou ao Tribunal de Contas do DF pedindo uma auditoria completa no sistema de descontos consignados dos servidores públicos distritais. O alerta era simples: após a descoberta das fraudes bilionárias no INSS, havia o receio de que irregularidades semelhantes estivessem ocorrendo, também, no Distrito Federal. O TCDF acolheu o pedido e iniciou uma inspeção na Secretaria de Economia e na BRB Serviços, responsável pela operacionalização das consignações.

Movimentações atípicas

A auditoria encontrou uma série de falhas de controle e identificou movimentações consideradas atípicas, incluindo cobranças realizadas por entidades sem autorização e operações classificadas pelo Tribunal como incompatíveis com as regras das consignações. Parte dessas conclusões serviu de base para a investigação que culminou na Operação Juros Zero. Na última sexta-feira, o MPDFT cumpriu 50 mandados de busca e apreensão em Brasília, São Paulo e Curitiba, e obteve o bloqueio de quase R\$ 90 milhões. “A Operação Juros Zero mostra a importância da fiscalização preventiva. Quem ganha com isso é o servidor público, que precisa ter a garantia de que nenhum desconto será feito de forma indevida em seu contracheque”, afirma Paula.

Carolina Curi/Agência CLDF



Foro

O deputado distrital Gabriel Magno (PT) também apresentou representação ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para apuração dos responsáveis pela autorização ao sistema de consignações na folha de pagamento dos servidores do DF. A representação aponta supostos favorecimentos administrativos envolvendo a autorização para atuação da PicPay e solicita apuração de eventual conflito de interesses relacionado ao ex-governador Ibaneis Rocha. O caso já é investigado do ponto de vista criminal. Eventual participação de Ibaneis deve ser realizada pela Procuradoria-Geral da República com autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pela prerrogativa de foro do ex-governador.

Juntos novamente

No fim de semana, Paulo Octávio e José Roberto Arruda estiveram juntos em evento de pré-campanha em que sinalizaram a reedição da dupla que se uniu há 20 anos, nas eleições de 2006. Arruda incentivou o convite para que Paulo Octávio concorra ao Senado. “Queria convidar o Paulo Octávio para ser nosso senador. Ao mesmo tempo que eu te agradeço pela sua amizade, pela sua confiança, pela sua lealdade, não apenas quando ganhávamos, sobretudo quando a gente perdia”, afirmou Arruda. E acrescentou: “Nesses 16 anos, esse aqui nunca largou a minha mão”.

Instagram



De iPhone, açaí e chaves

Ações de fiscalização realizadas pelos auditores da Secretaria de Economia nos últimos 15 dias mostram a ousadia de alguns comerciantes em comprar e revender produtos sem nota fiscal ou classificadas como inidôneas. Nesse período, a Receita do DF recolheu mercadorias variadas que, somadas, têm valor estimado de R\$ 5,2 milhões. Foram retirados de circulação 34 iPhones 17 Pro Max e 17 Pro, equipamentos para academia (25 esteiras e 10 máquinas para exercícios), 39.312 unidades de cerveja long neck, 93 toneladas de açúcar, 60 mil quilos de feijão e 101,5 mil quilos de milho. Os auditores também apreenderam 25 mil quilos de sementes, 20 mil quilos de produtos metalúrgicos e material de construção, 3.720 quilos de açaí, 298 m³ de madeira, 154,6 mil unidades de chaves Gold, 770,82 m² de vidro temperado, 1,6 mil unidades de bobinas para embalagens e 1,9 mil unidades de cadeiras e mesas de plástico e outros bens de elevado valor comercial.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

OPERAÇÃO JUROS ZERO / Investigação do MP aponta que modelo de antecipação salarial criado pela plataforma PicPay pode ter gerado descontos irregulares na folha de pagamento do GDF. Especialistas defendem ressarcimento

Descontos suspeitos afetam servidores

» PAULO GONTIJO

Servidores públicos do Distrito Federal podem ter sido prejudicados por um sistema de crédito consignado que prometia antecipação salarial sem cobrança de juros, mas que, segundo investigação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), pode ter movimentado mais de R\$ 81 milhões em descontos na folha de pagamento por meio da cobrança de taxas consideradas irregulares. O foco da investigação é uma modalidade criada por decreto do Governo do Distrito Federal (GDF), em agosto de 2024, no governo Ibaneis Rocha, para permitir a antecipação de parte do salário dos funcionários públicos sem desconto de juros. Dias após a publicação da norma, a plataforma PicPay demonstrou interesse em operar o serviço, oferecendo aos funcionários públicos a possibilidade de receber parte da remuneração antes da data prevista, com desconto automático na folha. Na última sexta-feira, a operação Juros Zero cumpriu 50 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, Curitiba e São Paulo. As

diligências ocorreram no Banco de Brasília (BRB), na Secretaria de Economia do DF, no Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) e no PicPay, além de residências dos envolvidos. Entre os investigados estão o ex-secretário de Economia Ney Ferraz e o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa. O PicPay nega irregularidades na operação.

Representação

As suspeitas motivaram uma representação do deputado distrital Gabriel Magno (PT) ao MPDFT. O parlamentar pediu a apuração de possíveis favorecimentos administrativos na autorização da modalidade e de eventual conflito de interesses envolvendo integrantes do GDF. Ao **Correio**, Gabriel Magno afirmou que as denúncias surgiram após a identificação de inconsistências na operação. “Apuramos os indícios de irregularidades cometidos nessa operação montada com apoio da cúpula do GDF, no início do ano. Denunciamos ao TCDF e ao MP, e agora vamos acompanhar o caso para que os responsáveis sejam punidos e os recursos sejam devolvidos aos servidores

que foram prejudicados, garantindo seus direitos”, ressaltou. Mestre em direito administrativo pelo IDP, Antonio Rodrigo Machado entende que mesmo com as investigações em estágio inicial, os indícios apontam para um possível prejuízo que vai além dos servidores atingidos. “Estamos diante de uma fraude que pode ter prejudicado a própria administração. O BRB pertence ao Distrito Federal e pode ter sido utilizado como instrumento para a prática de ilícitos contra os servidores”, disse. O especialista explicou que os trabalhadores eventualmente prejudicados poderão buscar judicialmente o ressarcimento dos valores cobrados de forma indevida. “Se ficar comprovado que houve cobrança irregular sobre o salário, o servidor pode pleitear a restituição dos valores. O Código de Defesa do Consumidor prevê consequências para esse tipo de prática, incluindo correção monetária, juros e até indenização por danos morais, dependendo da extensão do prejuízo”, destacou.

Impacto

Na avaliação do economista e professor da Universidade de Brasília

Davi Cruz/CB/DA Press



Operação apura supostos descontos irregulares em empréstimos consignados na folha de pagamento

(UnB) Cesar Bergo, a principal preocupação é que uma operação anunciada como livre de juros tenha utilizado mecanismos para cobrar valores adicionais dos servidores. “O que se fez foi criar uma taxa elevada que, na prática, representa juros embutidos. Pelos cálculos, esse custo poderia ultrapassar 200% ao ano”, evidenciou. Além do impacto financeiro sobre os servidores, Bergo ressaltou que o caso levanta questionamentos sobre os mecanismos de controle adotados pelo Banco Regional. “Não faz sentido uma instituição financeira permitir que uma empresa atue dentro de sua estrutura sem acompanhamento adequado. Isso

demonstra falhas importantes de governança e de fiscalização.” O economista observou que, embora os descontos individuais possam parecer pequenos, o montante investigado demonstra que o impacto coletivo pode ser significativo. “Quando olhamos o volume total da operação, percebemos que os prejuízos podem alcançar uma dimensão muito maior do que aparentam em cada contrato individual.” O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Funcional do DF, Ibrahim Yusef, afirmou que a prioridade, agora, é garantir que nenhum servidor arque com

prejuízos. “É extremamente preocupante que descontos ilegais tenham sido efetuados na conta de servidores públicos do Distrito Federal. Estamos cobrando uma apuração interna na Secretaria de Economia para que esses valores sejam devolvidos aos lesados. É necessária uma revisão dos procedimentos que envolvem descontos. Os servidores não podem ser prejudicados desta forma”, disse. As investigações seguem em andamento. O MPDFT busca esclarecer como a modalidade foi implementada, a participação de cada instituição envolvida e a extensão dos prejuízos causados aos servidores e aos cofres públicos.